

CONCURSO PÚBLICO
POMBOS - GRUPO 2 - 19/11 - TARDE



[NT] TÉCNICO EM CONTABILIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

Julgue os itens que se seguem.

01. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público de que o Estado participe, exceto quando essa ação tiver ocorrido há mais de 12 (doze) meses.
02. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da Administração Pública e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, cujo cumprimento é facultado aos gestores públicos, não havendo qualquer tipo de sanção ou prejuízo em função do seu descumprimento.
03. A padronização dos procedimentos na contabilidade pública busca melhorar a qualidade e a consistência das informações prestadas a toda a sociedade, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no processo de fiscalização da arrecadação das receitas e da execução das despesas.
04. É vedado ao titular de Poder ou órgão nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
05. A Lei Orçamentária Anual conta com dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação das despesas, não se incluindo nessa Lei qualquer aspecto ou regra quanto à proibição para a autorização de abertura de créditos suplementares e/ou a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
06. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), foi criado considerando a necessidade de instituir um instrumento eficiente de orientação comum aos gestores nos três níveis de governo, mediante a consolidação, em um só documento, de conceitos, de regras e de procedimentos de reconhecimento e apropriação das receitas e despesas orçamentárias.
07. O conhecimento dos aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público, principalmente diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de suma importância, pois contribui para a transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações de melhor qualidade aos diversos usuários.
08. A restituição de receitas orçamentárias, descontadas ou recolhidas a maior, e o ressarcimento em espécie a título de incentivo ou benefício fiscal, dedutíveis da arrecadação, qualquer que tenha sido o ano da respectiva cobrança, serão efetuados como anulação de receita, mediante expresse reconhecimento do direito creditório contra a Fazenda Nacional.
09. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício anterior, nas respectivas rubricas orçamentárias.
10. Conforme a NBC TSP 12 é permitido que os valores obtidos por cheques especiais ou contas garantidas, que são utilizados e recompostos em curto espaço de tempo, por fazerem parte da gestão de caixa, sejam incluídos como CEC.
11. O balanço financeiro, o balanço elevatório e o balanço orçamentário refletem as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários.
12. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral (os usuários dos serviços, a população civil), não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários (como os gestores públicos).
13. A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos por instrumento legal apropriado, situação na qual a vigência fica prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.
14. São indicadores estabelecidos pela LRF, dentre outros: a apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal.

15. Receita compreende ingressos brutos de benefícios econômicos ou de potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade que reporta a informação.
16. A contabilidade pública adota o regime contábil da competência, no qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos).
17. A alta administração do órgão público é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas para avaliar e monitorar os processos licitatórios sem, no entanto, assumir qualquer tipo de responsabilidade por alguma eventual ilegalidade nos contratos.
18. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve obedecer aos princípios de legalidade e da impessoalidade, sendo dispensável obedecer aos princípios da moralidade, da publicidade ou mesmo da eficiência.
19. São receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
20. As demonstrações contábeis de uma entidade econômica devem permitir o conhecimento sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa, por exemplo.
21. Existem dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).
22. Uma doação em espécie recebida pelos entes públicos passa por todas as etapas do ciclo orçamentário, como a arrecadação de tributos.
23. A Portaria-Conjunta STN/SOF nº 02/2016 foi criada levando em conta a necessidade de banir qualquer instrumento de orientação aos gestores sobre conceitos e procedimentos de reconhecimento e apropriação das receitas e despesas orçamentárias.
24. De acordo com a NBC T 16.8, o sistema de informação e comunicação da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno.
25. O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores, pela autoridade competente, deverá ocorrer em procedimento de controle interno realizado pela autoridade.
26. Consideram-se Restos a Pagar Não Processados os que foram empenhados, pendentes de liquidação e pagamento. Os Restos a Pagar Processados são os que foram empenhados, liquidados e pagos.
27. As etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no país e a tecnologia utilizada. Dessa forma, a ordem sistemática inicia-se com a previsão e termina com o recolhimento.
28. Na data de elaboração das demonstrações contábeis, os entes consorciados reconhecem no ativo suas parcelas correspondentes ao patrimônio líquido do consórcio, utilizando a metodologia de apropriação proporcional patrimonial.
29. O Ministério Público tem como função constitucional promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público, exceto quando se tratar de tema relacionado ao meio ambiente ou à proteção de imóveis públicos.
30. No PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam, podendo ser orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciam ou alteram os registros patrimoniais, e vice-versa.
31. A Constituição Federal de 1988, no § 8º do art. 166, estabelece que os recursos objeto de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária que ficarem sem destinação podem ser utilizados como fonte hábil para abertura de créditos especiais e suplementares, mediante autorização legislativa.
32. O conceito de despesas de exercícios anteriores compreende as despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
33. No âmbito federal, a competência para a gestão administrativa e judicial da dívida ativa é da Advocacia Geral da União (AGU).
34. No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
35. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente por parte de todos os agentes públicos e, ao mesmo tempo, dispensa os gestores públicos da responsabilização por ações ou omissões que causem danos aos cofres públicos.
36. Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, todos os órgãos públicos ficam dispensados de cumprir as regras de licitações e contratos estabelecidas em Lei, ainda que tais normas não tenham relação direta com o objeto do estado de calamidade.
37. A consolidação das contas não representa novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de recursos entre seus órgãos.
38. O tributo é a receita obtida pelas entidades de direito público advinda da venda de um bem imobilizado, de um imóvel ou mesmo de um leilão de bens apreendidos.

39. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DFC apura movimentação de caixa e equivalente de caixa, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, utilizamos a DVP como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.
40. O "evento" é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deve ser registrado contabilmente pelo sistema ao qual se associa. Assim, na contabilidade pública, um evento apenas pode ser criado em lei e deve ser autorizado após duas seções de votação na respectiva casa legislativa.
41. Os recursos legalmente vinculados a uma finalidade específica não necessitam ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, podendo ser gasto em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
42. O orçamento público ganhou significativa importância no Brasil e, como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, tornaram-se objetivo de estudo de diversos profissionais do setor contábil.
43. Ao determinar se uma especificação é condição ou restrição é necessário que se considere a essência dos termos da especificação e não meramente sua forma. Assim, a mera especificação, por exemplo, de que o ativo transferido deva ser consumido no provimento de produtos e serviços a terceiros ou devolvido ao transferente não é, em si só, suficiente para originar um passivo quando a entidade obtém o controle do ativo.
44. A contabilidade aplicada ao setor público deve permitir aos gestores governamentais conhecer a situação patrimonial de uma entidade para, em seguida, conceder benefícios fiscais indevidos a colegas e familiares.
45. Nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes podem ser agrupadas; os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, podendo realizar, se preferir, a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.
46. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é um documento adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.
47. Em função da NBC T 16.9, o valor residual e a vida útil econômica de um ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício. Quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores, as alterações devem ser efetuadas.
48. São indicadores estabelecidos pela LRF, entre outros: despesa com pessoal, operações de crédito e dívida consolidada.
49. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam instrumentos importantes da gestão de uma entidade pública.
50. As descentralizações de créditos são utilizadas para execução de ações de responsabilidade do órgão sem que seja necessário registrar o fornecedor, o serviço, o projeto ou mesmo o período no qual os pagamentos ocorreram ou ocorrerão.
51. A Constituição de 1988 exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. Assim, a sociedade pode fiscalizar a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.
52. Do ponto de vista orçamentário, ressalta-se que o empenho relacionado à folha de pagamento é realizado pelo valor bruto da remuneração do servidor.
53. Os estados e as prefeituras têm autonomia para criar autarquias e autorizar o funcionamento de instituições e empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação dessas organizações.
54. Constitui ato de improbidade administrativa exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias no contexto do órgão público onde trabalha.
55. As demonstrações contábeis têm uma função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade das operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dos serviços e os riscos e as incertezas associadas.
56. De acordo com o MCASP, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).
57. A constituição da república federativa do Brasil prevê que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, exceto quando um agente governamental esteja envolvido com tal prática danosa.
58. A lei orçamentária anual compreende, exclusivamente, dois aspectos: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União (excluídos seus fundos e entidades da administração direta) e a lista de metas fiscais para o ano subsequente.
59. O sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, registro, controle, evidenciação e avaliação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público.
60. Um órgão administrativo e seu titular poderão delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que exista impedimento legal.

61. A prestação de contas de aplicação de subvenção social ou auxílio será apresentada à unidade concedente dentro de 60 dias após a aplicação, não podendo exceder ao último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do recebimento.
62. O valor justo reflete a quantia pela qual o mesmo estoque poderia ser trocado entre compradores e vendedores bem informados e dispostos a isso, em ambiente de mercado.
63. Em conformidade com a NBC T 7, as demonstrações contábeis das entidades do setor público, para fins de consolidação, devem ser levantadas na mesma data em que passam a existir, admitindo-se a defasagem de até três meses, desde que os efeitos dos eventos relevantes entre as diferentes datas sejam divulgados em notas explicativas.
64. Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos devem ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência (na data das demonstrações contábeis), exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável.
65. O registro de receita e da despesa orçamentárias nas descentralizações financeiras deve ocorrer apenas após a absoluta e completa liquidação desses valores em conta corrente do ente público.
66. O Manual SIAFI é a norma de referente à Contabilidade e Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial da União que segue princípios contábeis próprios, os quais não estão presentes em leis e não são aplicáveis aos municípios.
67. São restos a pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.
68. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre de preconceitos e que garante a qualidade de vida apenas dos indivíduos com renda superior a doze salários-mínimos.
69. Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados de forma independente e distinta do plano plurianual, para depois serem apreciados pelo congresso nacional.
70. À luz da Constituição de 1988, a lei que instituiu o plano plurianual deve estabelecer as diretrizes e metas da Administração Pública sem, no entanto, definir valores máximos ou mínimos que podem ou devem ser gastos com determinados projetos ou tipos de despesas.
73. Os principais cursos d'água no município de Pombos (PE) têm regime de escoamento permanente e o padrão de drenagem é o anular.
74. Atribui-se o termo "Fake News" às notícias falsas ou intencionalmente incorretas que são propagadas na Internet com o objetivo de confundir, iludir ou enganar seus leitores.
75. Na equação $6X - 9 = 39$, o valor de X corresponde a um número primo menor que 10.
76. Considere que, inicialmente, um triângulo possuía a sua área igual a 60 m^2 e a sua altura igual a 12 metros. Se a sua base for ampliada em 80%, então a sua área será aumentada em 72%.
77. O verbo "Ler", no pretérito perfeito do indicativo, exprime uma ação concluída: Ontem não li o jornal.
78. O acento agudo nas palavras "cascavél", "círculo" e "manêjo" são uma consequência da regra de acentuação de paroxítonas terminadas em ditongo.
79. O tempo verbal indica quando ocorre a ação em relação ao enunciado. Assim, o passado/ pretérito ocorre junto com o enunciado; o presente ocorre após o enunciado; e o futuro ocorre antes do enunciado.
80. Um exemplo de conjunto de letras do alfabeto é: $H = \{a, b, d, h, q\}$.
81. Sendo L um conjunto qualquer, é correto afirmar que o conjunto $(L - \text{conjunto vazio})$ é igual ao conjunto $(\text{conjunto vazio} - L)$.
82. Um exemplo de conjunto de animais silvestres é: $D = \{\text{macaco, leão, onça}\}$.
83. Cumprir prazos, buscar aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais e dar publicidade aos atos públicos, são exemplos de atitudes esperadas em um profissional que se diz ético.
84. No Microsoft Excel, a Tabela Dinâmica permite ao usuário do sistema criar uma tabela com informações resumidas ou sintetizadas de uma base de dados maior, presente no mesmo arquivo.
85. O conjunto vazio é um conjunto que não possui nenhum elemento. Portanto, é correto afirmar que o número de subconjuntos do conjunto vazio é igual zero.
86. Na oração "Já fizemos a maior parte do dever de casa", o vocábulo "fizemos" é classificado como pronome reflexivo, pois é terminado com a vogal temática "o".
87. Está correta a grafia da seguinte função no Microsoft Excel: $=A1+A2+A3/A4$. Nesse exemplo, se a célula A4 estiver vazia, o resultado da fórmula será #DIV/0!.
88. O servidor público deve sempre atender a todos os pedidos e desejos de superiores hierárquicos e dos usuários dos serviços, inclusive quando tais solicitações, ordens ou requerimentos sejam comprovadamente danosos à população ou aos objetivos da instituição.
89. Tomar decisões com transparência e, sempre que possível, baseado em dados, estudos e nos melhores conhecimentos técnicos sobre o tema em questão é uma atitude que vai de encontro à ética.
90. Se um desconto de 4% foi dado sobre uma compra de R\$ 175, então o cliente pagou menos de R\$ 162,50 por essa aquisição.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Se um automóvel percorre 300 km com 20 litros de gasolina, então, com 1 litro de combustível, esse veículo percorrerá 15 Km.
72. Supondo X e Y conjuntos quaisquer, podemos concluir corretamente que (intersecção de X com Y) está contido em (união de X com Y).

91. Uma impressora multifuncional pode reunir em si diversos recursos, como imprimir documentos coloridos ou em tons de cinza; digitalizar documentos e conectar-se à rede wi-fi.
92. É possível copiar e colar uma tabela composta com dados e palavras do Microsoft Excel e colá-la no Microsoft Word.
93. No Excel, a função SE apenas pode ser utilizada em células com valores numéricos, caso contrário, retornará o erro #NOME?.
94. Em estatística, a média é definida como o valor que demonstra a concentração dos dados de uma distribuição, como o ponto de equilíbrio das frequências em um histograma.
95. No período composto por coordenação, a oração não exerce função sintática com relação a outras orações, ou seja, ela é independente ou absoluta.
96. Um capital de R\$ 2.110 aplicado a uma taxa de juros compostos de 0,6% a.m., ao longo de 7 meses, resultará em um montante superior a R\$ 2.199.
97. O clima do município de Pombos (PE) é do tipo Tropical chuvoso com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno, tendo início em dezembro/janeiro e término em setembro. A precipitação média anual é, normalmente, superior a 1.000 mm.
98. As palavras proparoxítonas são aquelas em que a antepenúltima sílaba é a tônica (mais forte).
99. Agir em conformidade com as leis e normas, cultivar o respeito no ambiente de trabalho e ser célere no exercício das suas funções são exemplos de comportamentos éticos.
100. Considerando conjuntos quaisquer A e B, de modo que A está contido em B, assim, está correto afirmar que a intersecção de A em B = B e a união de A com B = A.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO